

GDF inicia desapropriação de chácaras

Para que se dê prosseguimento aos trabalhos que visam a construção do primeiro dos seis núcleos habitacionais do Plano Estrutural de Ocupação Territorial (PEOT), no eixo Taguatinga/Gama, os arrendatários que ocupam as chácaras 34 a 39 do Núcleo Rural de Taguatinga terão que desocupar a área solicitada pela Terracap até a próxima terça-feira.

O superintendente da Terracap, Eny Castro, esclareceu que os contratos poderão ser renovados desde já dentro do prazo estabelecido pela Fundação Zoobotânica, que é de 15 anos. Desta forma, segundo ele, os prazos previstos para término do contrato inicial não seriam considerados, pois o GDF «visando beneficiar os chacareiros, começa a contar o prazo de 15 anos a partir de agora».

Os chacareiros — que estavam preocupados com o assunto — foram tranquilizados pelo superintendente da Terracap, Eny Castro, que em reunião realizada no auditório da companhia assegurou-lhes que «o governo pretende pagar um preço justo pelas benfeitorias». Ele explicou-lhes também que não haverá necessidade de desocupação de toda a área, sendo que as chácaras localizadas nas proximidades do córrego Taguatinga não serão atingidas.

Uma outra reivindicação dos chacareiros foi quanto à compra das áreas que continuarão ocupando. Sobre isto o superintendente da Terracap explicou que por se tratar de área rural não se pode falar em venda, uma vez que «área rural no DF se arrenda, não se vende». Ele esclareceu, contudo, que assim que for construído o novo núcleo habitacional — passando portanto à área rural a ser área urbana — a reivindicação pode ser revista, por parte do órgão de planejamento da Secretaria de Viação e Obras.

ESFORÇO

O presidente do Sindicato Rural de Brasília, Rubens Gorayab, ressaltou a atitude do superintendente da Terracap «pela forma com que vem conduzindo o assunto, não prometendo aquilo que não está certo de poder cumprir, mas prometendo estudar, examinar. Aí está o mérito de sua administração: a lealdade e o esforço em resolver as questões, sem, contudo, fazer promessas que não terá certeza de poder cumprir».

Neste sentido ele pediu mais atenção da Terracap, lembrando que «os chacareiros se sentiriam recompensados se houvesse por parte do órgão a disposição de renovar os contratos das áreas remanescentes de forma que ficassem garantidas as áreas já asseguradas pelo contrato inicial que estipula seis, sete ou oito anos e ainda a perspectiva de renovação do contrato».

Nesta quinta, por outro lado, estará sendo feita a topografia da área interna que permitirá a definição das ruas do novo núcleo habitacional, segundo frisou o secretário de Viação e Obras, José Carlos Mello. Segundo ele, o projeto segue rotineiramente e a liberação das chácaras está dentro do cronograma previsto».

Primeiro núcleo é previsto para 1985

A conclusão do primeiro dos seis núcleos habitacionais do Plano Estrutural de Ocupação Territorial (PEOT) está prevista para 1985, destinando-se as primeiras unidades residenciais aos funcionários públicos da União (através do PROHASP) e do Distrito Federal (através do Programa Instituto), população calculada em 150 mil habitantes. Quando todos os núcleos estiverem prontos, sua população atingirá um milhão de pessoas.

O primeiro núcleo habitacional ocupará uma área de quatro mil e 400 hectares, dispostos em trecho da rodovia BR-060, próximo à subestação de Furnas. O detalhamento do projeto urbanístico está atualmente em estudo pelo GDF (através do Departamento de Arquitetura e Urbanismo) em convênio com o Ministério do Interior (através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano).

Um estudo da SEPLAN-PR/GDF (Uma Visão Prospectiva do DF — Maio 1979), que reavaliou as propostas de crescimento do DF, chegou inclusive a especular sobre a alternativa do absoluto crescimento populacional e dos empregos no DF, no sentido de preservar Brasília como capital da República. A alternativa, contudo, foi entendida como irreal uma vez que «requeria um aparelho represivo de ação controladora constante, pelo menos aparentemente e politicamente, insustentável, dado que se teria que vincular, a remoções, controles de fronteira, controles de natalidade, etc., medidas tradicionalmente de difícil implementação».

A retomada do PEOT — desenvolvido em suas etapas iniciais por convênio entre o GDF e a SEPLAN em fins de 1978 — representa a única opção para expansão de Brasília, que «explode» conforme até o novo governador José Ornellas já admitiu. Durante a gestão do governador Aimé Lamaison havia a expectativa de que a construção destas novas satélites, permitisse também o desenvolvimento de programas habitacionais para a população de baixa renda, pois segundo o então secretário de Serviços Sociais, David Boianovsky, «a implantação de um programa como o Profilurb estava justamente na dependência de disponibilidade de terras».

A criação de novos núcleos habitacionais, por outro lado, pode oferecer o risco de reativar as migrações, para o Distrito Federal, conforme advertia o professor Aldo Patriani, do Departamento de Geografia e História da UnB.